



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO**

EDITAL 001/2019

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ProPEd/UERJ) MESTRADO ACADÊMICO – TURMA 2020/1

A Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) faz saber aos interessados que, no período **de 29 de julho de 2019 às 16:00h do dia 29 de agosto**, estarão abertas as inscrições para a seleção dos candidatos ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ (ProPEd), curso de Mestrado Acadêmico, para turma com início no 1º semestre de 2020. Os candidatos que optarem por concorrer pelo sistema de cotas deverão observar os prazos estabelecidos no calendário que consta no item 7 deste Edital.

1. VAGAS E CANDIDATOS

Serão oferecidas 34 vagas para o curso de Mestrado Acadêmico, destinadas aos portadores de diploma de curso superior de duração plena, outorgado por instituição de ensino superior (IES) e reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Destas vagas, 30% serão destinadas às inscrições amparadas no sistema de cotas, conforme previsto pelas Leis Estaduais 6.914/2014 e 6959/2015.

1.1- As vagas se encontram distribuídas, de acordo com a disponibilidade de vagas nas linhas de pesquisa do ProPEd/UERJ indicadas no Anexo I.

1.2- A lista dos professores com disponibilidade de orientação e seus respectivos projetos encontra-se no Anexo II deste Edital.

1.3- Não havendo inscrições para as vagas destinadas ao sistema de cotas, em qualquer dos estratos, as mesmas serão remanejadas para a demanda geral.

1.4- O Programa reserva-se o direito de:

- a) Não preencher o total de vagas oferecidas;
- b) Proceder ao remanejamento de candidato aprovado na seleção para outro orientador, desde que haja acordo entre o candidato e os orientadores.

2. REALIZAÇÃO

2.1- Todos os candidatos serão submetidos a processo seletivo único.

2.2- Em cumprimento às Leis Estaduais n 6.914/2014 e 6959/2015, que dispõem sobre o sistema

de cotas para ingresso nos cursos de pós-graduação, mestrado, doutorado e especialização nas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, fica reservado, para os candidatos comprovadamente carentes, um percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas, distribuído pelos seguintes grupos de cotas:

- a) 12% (doze por cento) para estudantes graduados negros e indígenas;
- b) 12% (doze por cento) para graduados da rede pública e privada de ensino superior;
- c) 6% (seis por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.
- d) Conforme artigo 5º da Lei, suas disposições se aplicam no que for cabível.

2.3 Em conformidade com as Leis Estaduais n. 5346/2008 e n 6.914/2014, entende-se por:

- a) Pessoas carentes negras e indígenas: aquele que se autodeclarar como negro ou indígena;
- b) Estudante carente graduado da rede privada de ensino superior: aquele que, para sua formação, foi beneficiário de bolsa de estudo do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, do Programa Universidade para Todos - PROUNI ou qualquer outro tipo de incentivo do governo;
- c) Egresso carente graduado da rede de ensino público superior: entende-se como sendo aquele assim definido pela universidade pública estadual, que deverá levar em consideração o nível sócio econômico do candidato e disciplinar como se fará a prova dessa condição, valendo-se, para tanto, dos indicadores sócio econômicos utilizados por órgãos públicos oficiais;
- d) Pessoas carentes com deficiência: aquela que atender às determinações estabelecidas na Lei Federal n. 7853/1989 e pelos Decretos Federais n 3298/1999 e n. 5296/2004;
- e) Filhos de policiais civis e militares, de bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço – aquele que apresentar a certidão de óbito juntamente com a decisão administrativa que reconheceu a morte em razão do serviço ou a decisão administrativa que reconheceu a incapacidade em razão do serviço, além da fotocópia autenticada do Diário Oficial com as referidas decisões administrativas.
- f) Informações sobre o sistema de cotas podem ser encontradas no manual disponível no link http://www.sr2.uerj.br/sr2/depq/arquivos/Manual_Sistema_de_Cotas.pdf
- g) O formulário do questionário socioeconômico no formato eletrônico está disponível no link - http://www.sr2.uerj.br/sr2/depq/arquivos/Questionario_Socioeconomico_2016.doc

2.4 Os candidatos ao sistema de cotas deverão, além da inscrição *online* descrita no item 3.1, encaminhar separadamente, via SEDEX, em envelope lacrado, os documentos referentes à inscrição pelo sistema de cotas. Essa documentação está descrito no endereço http://www.sr2.uerj.br/sr2/depq/arquivos/Manual_Sistema_de_Cotas.pdf.

2.5 A homologação dos documentos relativos à inscrição pelo sistema de cotas será realizada por comissão específica indicada pela Sub-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (SR2).

2.6 A divulgação do resultado da análise da documentação comprobatória dos candidatos cotistas será feita conforme calendário deste Edital.

2.7 O candidato às cotas destinadas para estudantes negros e indígenas, em caso de declaração falsa, estará sujeito a sanções penais, previstas no Decreto-lei n. 2848/1940, Código Penal (artigos 171 e 299), administrativas (nulidade da matrícula, entre outros) e civis (reparação ao erário), além das sanções previstas nas normas internas da UERJ.

2.8 Os percentuais de vagas destinadas ao sistema de cotas, especificados no item 2.2 deste Edital, incidirão sobre o total de vagas oferecidas por cada linha de pesquisa do Programa.

3. INSCRIÇÕES

3.1 Período e processo das inscrições:

a) Os candidatos cotistas, deverão encaminhar a documentação específica para o sistema de cotas via SEDEX, em envelope lacrado, para a Secretaria do ProPEd, situada à Rua São Francisco Xavier, n. 524, Pavilhão João Lyra Filho, 12º andar, Faculdade de Educação, Bloco F, sala 12.037, Maracanã, CEP 20550-013, Rio de Janeiro-RJ. A documentação está descrita em http://www.sr2.uerj.br/sr2/depg/arquivos/Manual_Sistema_de_Cotas.pdf. A postagem deverá ocorrer do dia **8 ao dia 12 de julho de 2019**. Não serão aceitos documentos postados, via Sedex, após essa data.

a.1. o envio da documentação específica para o sistema de cotas não garante a inscrição do candidato.

b) As inscrições, **para todos os candidatos**, serão realizadas a partir das 10:00h do dia 29 de julho de 2019 até às 16:00h do dia 29 de agosto do ano corrente;

c) Todos os candidatos deverão realizar as inscrições pela Internet no endereço www.proped2.pro.br

3.2 Procedimentos para a realização das inscrições:

a) Na área destinada às inscrições online do sítio do ProPEd (www.proped2.pro.br), os candidatos deverão preencher o formulário de inscrição;

b) Preenchido o formulário de inscrição por completo, o candidato visualizará em sua página de inscrição o link de acesso ao site do CEPUERJ, para geração de boleto de pagamento da taxa de inscrição, no valor de R\$ 100,00 (cem reais).

c) Todos os candidatos deverão efetuar o envio de todos os documentos listados no item 3.3., escaneados em formato PDF, através de link disponível no seu formulário de inscrição.

d) Os candidatos que pleiteiam as vagas referentes ao sistema de cotas deverão, no ato de inscrição, declarar sua opção por esse sistema e explicitar a qual dos estratos de cotas estão se candidatando, em conformidade ao item 2 deste Edital.

e) O candidato deverá informar, na ficha de inscrição, a língua estrangeira na qual prestará seu exame, a saber: inglês, espanhol ou francês. Não haverá alteração de opção de língua estrangeira após o encerramento de inscrições.

f) No ato da inscrição, o candidato deverá indicar o projeto de pesquisa ao qual propõe se vincular, conforme constante do Anexo II desse Edital. A comissão de seleção poderá, ouvidas as partes envolvidas, alterar a opção de vinculação do candidato, de modo a assegurar a organização acadêmica do ProPEd, bem como a devida operacionalização do sistema de reserva de vagas.

3.3 Documentos exigidos:

Todos os documentos abaixo listados devem ser escaneados em formato PDF (um único arquivo por item) e enviados através de links disponíveis na área de inscrições online. **Não serão** aceitas pendências ou justificativas de qualquer natureza para a falta de algum deles:

- a) Plano de trabalho conforme modelo disponível na área de inscrições online (com no mínimo 3 páginas e, no máximo 5, incluindo bibliografia);
- b) Diploma de graduação plena, com data da colação de grau, e indicação de reconhecimento do curso;
- c) Histórico escolar completo da graduação plena, validado pela instituição emissora;
- d) Caso o candidato ainda não seja portador de seu diploma de graduação, será permitida a inscrição de sua candidatura desde que apresente: o certificado de conclusão e colação de grau, com data da colação explicitada, indicação de reconhecimento do curso e histórico escolar oficial completo.
- e) Carteira de identidade ou da carteira nacional de habilitação válidas.
- f) CPF, caso este dado não conste da carteira de identidade;
- g) Curriculum vitae (em formato PDF), de acordo com a plataforma Lattes. **Atenção:** os candidatos com **Plano de Trabalho aprovado** deverão, após essa etapa, fazer também *upload*, em um único arquivo, de toda a documentação comprobatória dos indicadores nele lançados, nos últimos cinco anos, conforme data estipulada no calendário.
- h) **Comprovante** de pagamento da taxa de inscrição [R\$ 100,00, boleto emitido pelo CEPUERJ].
- i) Candidatos estrangeiros deverão apresentar cópia do diploma de graduação plena e histórico escolar completo com tradução feita por tradutor público juramentado no Brasil – dispensa-se tradução para os idiomas inglês, francês ou espanhol; e cópia do passaporte válido com visto de entrada no Brasil, se cabível.
- j) Candidatos brasileiros com diploma de graduação plena emitido no exterior deverão apresentar cópia do diploma de graduação plena e histórico escolar completo com tradução feita por tradutor público juramentado no Brasil – dispensa-se tradução para os idiomas inglês, francês ou espanhol.
- k) Os candidatos que pleiteiam as vagas do sistema de cotas deverão, além dos documentos acima citados, encaminhar documentação específica em envelope lacrado, via SEDEX, para a Secretaria do ProPEd, situada à Rua São Francisco Xavier, n. 524, Pavilhão João Lyra Filho, 12º andar, Faculdade de Educação, Bloco F, sala 12.037, Maracanã, CEP 20550-013, Rio de Janeiro-RJ., que comprove sua condição de cotista, referentes ao estrato de cota a que pleiteia vaga, explicitados no item 2 deste Edital e cujos modelos se encontram nos Anexos III, IV e V e disponível em http://www.sr2.uerj.br/sr2/depg/arquivos/Manual_Sistema_de_Cotas.pdf. A postagem deverá ocorrer, impreterivelmente, entre 8 a 12 de julho de 2019, via SEDEX.
- l) A documentação específica para concorrer às vagas destinadas às cotas se encontra publicada na Lei Estadual n 6914/2014.

3.4 Resultados da inscrição

- a) A inscrição dos candidatos ao processo seletivo para o ProPEd só será confirmada após verificação de todos documentos anexados pelo candidato.
- b) O resultado da inscrição será divulgado no mural externo do ProPEd e no sítio (www.proped2.pro.br), no dia 06 de setembro de 2019, a partir das 16h, em listagem constando a menção: inscrição homologada ou inscrição não homologada;

- c) Os candidatos que não anexarem toda a documentação exigida no item 3.3 terão menção de inscrição não homologada, estando, portanto, eliminados do processo seletivo;
- d) Não serão homologadas inscrições com qualquer pendência na documentação.

4. PROCESSO SELETIVO

4.1 O processo seletivo será constituído das seguintes etapas obrigatórias:

- a) **Prova escrita dissertativa em língua portuguesa, de carácter eliminatório.** A avaliação da prova levará em conta a capacidade argumentativa, a clareza da exposição, o conhecimento teórico do campo educacional, bem como a correção textual. A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, não sendo permitida qualquer forma de consulta durante sua realização. A prova escrita será corrigida independentemente por 02 (dois) examinadores, sendo um da linha em que o candidato se inscreveu e o outro de outra linha do Programa. A nota do candidato é a média aritmética das notas atribuídas por cada um dos examinadores. Havendo diferença superior a 02 (dois) pontos nas notas atribuídas pelos dois primeiros examinadores, a prova escrita será avaliada por um terceiro examinador da linha em que o candidato se inscreveu. A média final do candidato será, então, a média aritmética das notas atribuídas pelos 02 (dois) examinadores com menor índice de discrepância. Candidatos com média final igual ou superior a 7,0 (sete) estarão aprovados.
- b) **Plano de trabalho, de carácter eliminatório.** O plano de trabalho será avaliado pelo orientador indicado pelo candidato. Essa avaliação se dará mediante a análise da pertinência da temática ao grupo de pesquisa, relevância, organização de ideias e coerência metodológica. Sobre este plano, o orientador indicado dará um parecer de **apto** ou **não apto**, que será incorporado às decisões da Comissão Examinadora. **Os candidatos considerados não aptos após avaliação do Plano de Trabalho estarão eliminados do processo.**
- c) **Upload** da documentação comprobatória dos indicadores lançados na plataforma Lattes (ver item 3.3g), em um único arquivo, para os aprovados na etapa 4.1(b). Para efeitos de pontuação, só serão consideradas as informações de documentação comprobatória dos últimos cinco anos.
- d) **Arguição do projeto, de carácter eliminatório**, realizada por, no mínimo, 02 (dois) professores do ProPEd, sendo um deles, preferencialmente, o professor indicado como orientador do projeto de pesquisa para o qual o candidato está concorrendo. Na entrevista, o candidato será questionado sobre seu **plano de trabalho** e seu **curriculum vitae**, com ênfase na defesa de sua adequação e justificativa para ingresso no curso. A avaliação da arguição far-se-á com base na apreciação do perfil do candidato, sua prontidão para elaboração de trabalho acadêmico, suas condições pessoais de cumprir as atividades acadêmicas, defesa do plano de trabalho proposto, perspectiva de inserção no contexto do projeto de pesquisa do possível orientador e, finalmente, na avaliação do seu **curriculum vitae**.
- e) **Prova escrita de língua estrangeira**, instrumental, de carácter classificatório. Na prova de língua estrangeira instrumental, será avaliada a capacidade de leitura e compreensão de um texto impresso em um dos três idiomas – inglês, espanhol e francês – indicado pelo candidato na ficha de inscrição. A avaliação terá como resultado a condição de APTO ou NÃO APTO. A prova terá duração máxima de 02 (duas) horas, sendo permitida ao candidato a consulta ao seu próprio dicionário que poderá trazer no dia da prova.

5. CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO DOS CANDIDATOS

5.1 São os seguintes os critérios de aprovação:

- a. Será considerado aprovado na prova escrita dissertativa o candidato que obtiver nota mínima 7,0 (sete);
- b. Será considerado aprovado na análise do plano de trabalho o candidato que for considerado **apto**;
- c. Será considerado aprovado na arguição do projeto o candidato que obtiver nota mínima 7,0 (sete);
- d. Será atribuída, na prova de língua estrangeira, nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez);
- e. Do resultado das etapas **a**, **c** e **d**, será extraída uma média final ponderada com peso 5 (cinco) para a prova escrita dissertativa, peso 4 (quatro) para a arguição e peso 1 (um) para a prova de língua estrangeira;
- f. A classificação final dos candidatos será divulgada pela ordem decrescente da média final obtida pelo candidato por projeto de pesquisa;
- g. Em caso de empate entre os candidatos, a classificação será decidida com base nos seguintes critérios:
 - g.1. o mais idoso terá precedência, conforme o art. 27 da Lei Federal n. 10741;
 - g.2. maior nota na prova escrita dissertativa;
 - g.3. maior nota na arguição;
 - g.4. maior nota na prova de língua estrangeira.
- h) A classificação final dos candidatos será divulgada por ordem decrescente da média final obtida pelo candidato, no projeto de pesquisa ao qual indicou vinculação, observando a destinação de 30% das vagas por linha para os candidatos aprovados pelo sistema de cotas.
 - h.1. não havendo entrada de candidatos aprovados pelas cotas, as vagas serão ocupadas obedecendo a classificação geral.

6. MATRÍCULA

6.1 Terão direito à matrícula os candidatos aprovados e selecionados, respeitados os limites das vagas estabelecidas por projeto de pesquisa neste Edital.

6.2 Para efetivar sua matrícula, o candidato deverá:

- a) Em sua página de inscrição, fazer *upload* de uma foto 3x4 (formato gif, jpg ou png) e, após, **imprimir seu formulário de matrícula** (duas páginas), assiná-lo e entregá-lo na Secretaria do ProPEd;
- b) Apresentar na Secretaria do ProPEd os **documentos originais** (para envio por Correios, serão aceitas cópias autenticadas em cartório) e cópias:
 - b.1. Diploma de **graduação plena, com data da colação de grau**, e indicação de reconhecimento do curso. Todos os documentos deverão estar validados pela instituição emissora;
 - b. 2. Histórico escolar completo da graduação plena, validado pela instituição emissora;
 - b. 3. Caso o candidato ainda não seja portador de seu diploma de graduação, será permitida a inscrição e matrícula, desde que apresente: o certificado de conclusão e colação de grau, com data da colação explicitada, indicação de reconhecimento do curso e histórico escolar oficial completo.

- b. 4. Carteira de identidade ou da carteira nacional de habilitação;
- b. 5. Cartão/comprovante de CPF, caso este dado não conste da carteira de identidade.

6.3 Os candidatos que não apresentarem os originais e cópias dos documentos acima listados, anteriormente escaneados e acrescentados à inscrição online, serão desclassificados do processo seletivo, não podendo realizar sua matrícula.

6.4 A matrícula dos candidatos selecionados neste processo se realizará presencialmente, na Secretaria do ProPEd, entre os dias 03 e 07 de fevereiro de 2020, de 10:00h às 13:00h e de 14:00h às 17:00h, quando deverão ser entregues os documentos exigidos no item 6.2 deste Edital, juntamente com o formulário de matrícula. Os referidos documentos podem ser enviados por Sedex, endereçados à Secretaria do ProPEd, desde que estejam em envelope lacrado e devidamente identificado, sejam autenticados em cartório e postados entre os dias 03 e 07 de fevereiro de 2020.

6.5 Em caso de desistência da matrícula ou de desclassificação por não apresentação da documentação original, poderão ser convocados outros candidatos aprovados, respeitada a ordem de classificação no projeto de pesquisa em que se deu a desistência. A data para a reclassificação encontra-se estabelecida no calendário deste Edital.

7. CALENDÁRIO

COTAS:

a) PERÍODO DE ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE COTAS: **08 a 12 de julho de 2019, envio por Sedex, com postagem até o dia 12 de julho de 2019**

b) DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS CANDIDATOS COTISTAS: **26/07/2019**

Local: Mural externo do ProPEd ou no sítio <http://www.proped2.pro.br>

c) RECURSOS AO RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS CANDIDATOS COTISTAS: **29/07/2019 a 02/08/2019**, por e-mail encaminhado à Comissão de Seleção do Mestrado.

d) RESPOSTA AOS RECURSOS DO RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS CANDIDATOS COTISTAS: **16/08/2019, a partir das 16h, por e-mail enviado pela comissão de seleção**

GERAL:

a) INSCRIÇÕES: a partir das **10:00h de 29 de julho de 2019 até às 16:00h de 29 de agosto de 2019.**

Local: no sítio do ProPEd (www.proped2.pro.br)

b) RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES: **06 de setembro de 2019.**

Horário: a partir de 16:00h

- Local: mural externo do ProPEd e sítio (www.proped2.pro.br)

c) INTERPOSIÇÃO DE RECURSO AO RESULTADO DA INSCRIÇÃO: **09 a 11 de setembro de 2019.**

- Local: Por e-mail encaminhado à comissão de Seleção do mestrado (e-mail disponível na página do ProPEd (www.proped2.pro.br))

d) DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DE RECURSO DAS INSCRIÇÕES: **13 de setembro de 2019.**

- Através de e-mail enviado ao endereço eletrônico especificado na ficha de inscrição do candidato.

e) **PROVA ESCRITA DISSERTATIVA: 17 de setembro de 2019.**

- Horário: 14:00h às 17:00h

- Local: dependências da Faculdade de Educação da UERJ.

f) **DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA PROVA ESCRITA: 03 outubro de 2019.**

- Horário: a partir das 16:00h

- Local: mural externo do ProPEd e no sítio (www.proped2.pro.br)

g) **DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DE ANÁLISE DO PLANO DE TRABALHO: 11 de outubro de 2019.**

- Horário: a partir das 16:00h

- Local: mural externo do ProPEd e no sítio (www.proped2.pro.br)

h) **UPLOAD DOS COMPROVANTES DE CURRÍCULO: imediatamente após a divulgação do resultado da análise do plano de trabalho, e apenas para classificados nesta. Até às 16:00h de 17 de outubro de 2019.**

i) **DIVULGAÇÃO DAS DATAS DAS ARGUIÇÕES: 25 de outubro de 2019**

- Horário: a partir das 16:00h (etapa a ser realizada apenas pelos candidatos aptos em plano de trabalho).

- Local: mural externo do ProPEd e sítio (www.proped2.pro.br)

j) **ARGUIÇÕES: de 29 de outubro a 12 de novembro de 2019**

- Horário: agendamentos individuais a serem posteriormente divulgados no mural externo do Proped e no sítio www.proped2.pro.br.

- Local: dependências do ProPEd

m) **DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DAS ARGUIÇÕES: 14 de novembro de 2019**

- Horário: a partir das 16h

- Local: mural externo do ProPEd e no sítio www.proped2.pro.br

n) **PROVA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA: 19 de novembro de 2019.**

- Horário: de 13:30h às 16h

- Local: dependências do ProPEd

o) **DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR: 29 de novembro de 2019, a partir de 16 horas**

- Local: Mural externo do ProPEd e no sítio www.proped2.pro.br

p) **RECURSOS AO RESULTADO PRELIMINAR:**

- Data: **02 e 03 de dezembro de 2019.** Até às 17 horas do dia 12/12/2019.

- Solicitação por e-mail encaminhado à Comissão de Mestrado, disponível na área de inscrições da página do ProPEd (www.proped2.pro.br)

q) **RESPOSTA AO RECURSO DO RESULTADO PRELIMINAR:**

- Data: **04 de dezembro de 2019.** Horário: a partir de 16 horas. Enviado por e-mail ao candidato.

r) **DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL:**

- Data: **05 de dezembro de 2019**. Horário: a partir de 16 horas
- Local: Mural externo do ProPEd e pela página www.proped2.pro.br

s) IMPRESSÃO DE FORMULÁRIO DE MATRÍCULA PARA OS CLASSIFICADOS:

- Data: de **03 de fevereiro de 2020 até às 16:00h de 07 de fevereiro de 2020**.
- Local: pela página www.proped2.pro.br

t) ENTREGA DO FORMULÁRIO DE MATRÍCULA E DE ORIGINAIS E CÓPIAS DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO ITEM 6.2.b

- Data: **03 a 07 de fevereiro de 2020**
- Horário: de 10:00h às 13:00h e de 14:00h às 17:00h
- Local: Secretaria do Programa de Pós-graduação em Educação.

u) DIVULGAÇÃO DA 1ª RECLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATOS:

Data: **10 de fevereiro de 2020**.

- Horário: a partir das 16:00h
- Local: mural externo do ProPEd e no sítio www.proped2.pro.br

v) ENTREGA DO FORMULÁRIO DE MATRÍCULA E DE ORIGINAIS E CÓPIAS DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO ITEM 6.2.b DOS CANDIDATOS CONTEMPLADOS NA 1ª RECLASSIFICAÇÃO: **17 a 19 de fevereiro de 2020 (*)**

- Horário: de 10:00h às 12:00h e de 14:00h às 17:00h
- Local: Secretaria do ProPEd

x) DIVULGAÇÃO DA 2ª RECLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATOS: até um dia antes da data prevista no calendário do ProPEd para alteração da inscrição em disciplinas em 2020.1

- Horário: a partir de 16:00 horas
- Local: mural externo do ProPEd e no sítio www.proped2.pro.br

z) ENTREGA DO FORMULÁRIO DE MATRÍCULA E DE ORIGINAIS E CÓPIAS DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO ITEM 6.2.b DOS CANDIDATOS CONTEMPLADOS NA 2ª RECLASSIFICAÇÃO: até a data prevista no calendário do ProPEd para alteração da inscrição em disciplinas em 2020.1 (*)

- Horário: de 10:00h às 12:00h e de 14:00h às 17:00h
- Local: Secretaria do ProPEd

(*) Os candidatos contemplados nestas etapas deverão voltar às suas páginas de inscrição, em www.proped2.pro.br, a fim de imprimir o respectivo formulário de matrícula.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) A inscrição do candidato **implicará** conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, não sendo aceita alegação de desconhecimento.
- b) **Não** serão aceitas declarações de conclusão de curso, à exceção do disposto no item 3.3.c.
- c) Os históricos escolares devem ser abonados pela instituição expedidora.
- d) Nenhum candidato **será isento** da prova de língua estrangeira.
- e) Só serão analisados recursos para revisão de erro material. Por erro material entende-se erro no cômputo das notas.
- f) Após a inscrição não será permitida qualquer alteração de dados ou informações.
- g) Nenhum candidato poderá ingressar no local da prova escrita dissertativa e da prova de língua

- estrangeira após 30 minutos do início de sua realização. O horário determinado para a finalização da prova não será alterado em função do tempo de atraso. Sob nenhuma hipótese haverá segunda chamada para as provas do processo de seleção, assim como para a arguição.
- h) As provas escritas deverão ser entregues ao fiscal da sala, identificadas apenas com o número de inscrição, sem assinatura ou outra marca qualquer que permita revelar aos examinadores a identidade do candidato.
 - i) Os últimos três candidatos, em cada sala, deverão sair juntos.
 - j) Este exame de seleção só terá validade para curso a ser iniciado no 1º semestre de 2020.
 - k) Não haverá chamada para candidatos aprovados e não selecionados fora do calendário de reclassificação.
 - l) O ProPEd não se responsabilizará pelo ressarcimento de quaisquer custos arcados pelo candidato cuja inscrição não seja homologada pelo descumprimento do especificado nos itens 2 e 3 e em seus sub-itens; por falta a uma das provas; desistência durante o processo; ou qualquer outra circunstância.
 - m) A comissão de seleção é composta por 05 (cinco) membros, que se encarregarão de elaborar, acompanhar e avaliar todo o processo de seleção, bem como decidir por quaisquer questões pertinentes ao referido processo.
 - n) A comissão de seleção convocará os outros membros do corpo docente do ProPEd para participar da correção das provas escritas dissertativas, das provas de língua estrangeira, da análise dos currículos dos candidatos e da condução das entrevistas. No caso da correção das provas escritas haverá, sempre, um membro da linha a qual o candidato se apresentou para a seleção.
 - o) O colegiado do ProPEd deverá dispor sobre a homologação do resultado final da seleção, sob instrução e relato da comissão de seleção.
 - p) A comissão de seleção tem o direito de alterar datas previstas no calendário deste Edital, no interesse do desenvolvimento mais adequado do processo de seleção.
 - q) A documentação dos candidatos cotistas não selecionados no processo seletivo ficará à disposição dos respectivos interessados para retirada, na Secretaria do ProPEd, por um prazo não superior a 90 (noventa) dias a contar da divulgação do resultado final da seleção. Após esse prazo, os documentos restantes serão incinerados.
 - r) Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela comissão de seleção do ProPEd.
 - s) A Coordenação do ProPEd é responsável pela gerência administrativa e infraestrutural do processo de seleção.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA E INFORMAÇÕES

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-ProPEd
Rua São Francisco Xavier, n. 524, Pavilhão João Lyra Filho, 12º andar, Bloco F, Sala 12.037
Bairro Maracanã, CEP: 20550-013, Rio de Janeiro, RJ
Telefone(s):(0XX21)2334-0467 - Fax:(0XX21)2334-0120
Página: www.proped2.pro.br
Email: secretaria@proped.pro.br

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2019
Maria Isabel Ramalho Ortigão
Coordenadora Geral do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ

Anexos

Anexo I - QUADRO DE VAGAS POR LINHA DE PESQUISA

Anexo II - LISTA DE PROJETOS

Anexo III - FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO

Anexo IV - FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

Anexo V - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR ÀS INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

ANEXO I – Quadro de vagas por linha de pesquisa

Linha Cotidianos, redes educativas e processos culturais

Professores	Vagas
Alexandra Garcia	01
Ana Karina Brenner	02
Fernando Altair Pocahy	01
Gustavo Coelho	01
Jane Paiva	01
Maristela Gomes de Souza Guedes	01
Nilda Guimarães Alves	01
Total	08

Linha Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura

Guilherme Augusto Rezende Lemos	02
Raquel Goulart Barreto	01
Rita de Cássia Prazeres Frangella	01
Verônica Borges	02
Total	06

Linha Educação Inclusiva e Processos Educacionais

Annie Gomes Redig	01
Flavia Faissal de Souza	02
Cátia Crivelenti de Figueiredo Walter	02
Luiz Antonio Gomes Senna	01
Total	07

Linha Infância, Juventude e Educação

Ligia Maria M. L. Leão Aquino	01
Lisandra Ogg Gomes	02
Maria Luiza Magalhães Bastos Oswald	02
Walter Omar Kohan	02
Total	07

Linha Instituições, Práticas Educativas e História

Alexandra Lima da Silva	01
Aline de Moraes Limeira Pasche	02
Márcia Cabral da Silva	01
Maria Celi Chaves Vasconcelos	02
Total	06

TOTAL GERAL DE VAGAS	34
-----------------------------	-----------

ANEXO II

LISTA E RESUMOS DOS PROJETOS

ALEXANDRA GARCIA

TÍTULO: DIÁLOGOS ESCOLAS-UNIVERSIDADE: PROCESSOS DE FORMAÇÃO DOCENTE E A PRODUÇÃO DOS CURRÍCULOS NOS COTIDIANOS

O projeto se desenvolve na área de currículo, cotidiano e formação de professores. Entende o cotidiano e as experiências vividas como centrais para o estudo dos processos e múltiplos contextos com os quais nos tornamos professores. São objetivos desse projeto investigar processos formativos e experiências em Formação docente que articulem escolas e universidade e apontem caminhos para desconstruir representações demeritórias sobre escola e docência. A partir da articulação entre o projeto de extensão em andamento e os resultados da primeira da pesquisa, pretende-se levantar experiências com processos formativos que articulem os saberes da universidade e outros espaços sociais educativos de atuação docente, sobretudo as escolas, buscando propostas que operem princípios de horizontalidade, dialogicidade e de produção mais coletiva e solidária dos saberes. Visa produzir conhecimentos que contribuam para a formação de professores para a justiça social, produzindo caminhos teóricos-metodológicos com os currículos para aprendizagens mais coletivas e solidárias diante das imprevisibilidades, heterogeneidades e complexidade dos cotidianos escolares. Dentre os métodos priorizados para o desenvolvimento da pesquisa, adotamos estratégias de estudo e intervenção que incluem rodas de conversa que priorizam as redes de produção de saberes entre os professores. Entendemos que o estudo das narrativas produzidas nas conversas com alunos e professores contribui para a desinvisibilização das invenções das práticas e sentidos de docência. Para tanto, temos trabalhado em diálogo com as noções de singularidade (NEGRI, 2003), sentido e presença (GUMBRECHT, 2010) e as reflexões sobre o pensamento abissal e a ecologia dos saberes (SANTOS, 2010).

ALEXANDRA LIMA DA SILVA

TÍTULO: SUJEITOS EM TRÂNSITO: REDES DE SOCIABILIDADE, INSTITUIÇÕES E CIRCULAÇÃO DESABERES

Filosóficas, literárias, míticas, científicas, compulsórias, religiosas, missionárias, migratórias, turísticas, amorosas, pedagógicas. Assim se caracterizam as viagens. Uma prática, diferentes sentidos e significados. Se por um lado, as viagens são plurais e múltiplas, na mesma medida são os estudos que se propõem a refletir sobre esta temática, abordada nas diferentes áreas do conhecimento, evidenciando a abrangência e o caráter interdisciplinar. Tais trabalhos propõem investigar o viajante podem utilizar fontes diversas, tais como cartas, cartões postais, bilhetes de embarque, diários, notas, relatórios de viagem. Analisar os significados das viagens realizadas por educadores no âmbito da História da Educação é o horizonte do presente projeto de pesquisa. O projeto objetiva analisar a importância das viagens no processo de formação, intercâmbios e circulação de ideias e dos debates sobre a educação entre finais do século XIX até meados do século XX. Procura analisar a experiência de educadores, num sentido mais amplo, homens e mulheres que percorreram diferentes países e continentes em busca

de aperfeiçoamento profissional e intelectual, fortalecimento de redes de sociabilidade, e participação nas ações e nos debates em torno das causas da educação.

ALINE DE MORAES LIMEIRA PASCHE

TÍTULO: MAPEAMENTO DA MALHA PÚBLICA E PRIVADA DE ENSINO NAS FREGUESIAS URBANAS E RURAIS DA CAPITAL DO IMPÉRIO BRASILEIRO (1870-1890)

O objetivo deste projeto é investigar as características históricas do processo de expansão da malha de ensino pública e privada, comparativamente, na capital do Império Brasileiro entre suas décadas finais, de 1870 e 1890. O que se procura compreender melhor são as políticas do Ministério dos Negócios do Império, pasta responsável pela gestão dos assuntos educacionais em todo Império e na Corte, suas iniciativas de criação de escolas públicas, bem como o conjunto amplo e diversificado de estabelecimentos particulares mantidos por grupos religiosos, associações, agremiações, sociedades e demais instituições civis. Interessa inquirir aspectos como estrutura, localização, ampliação, distribuição de demandas das referidas iniciativas de escolarização primária e secundária, associando tais aspectos às questões geográficas, culturais e políticas da capital. Nesse sentido, a partir de um conjunto diversificado de fontes, a pesquisa pretende refletir acerca das legislações, levantamentos e ações empreendidas pelo governo que, como hipótese do projeto, tinham como pretensão controlar, regulamentar e incentivar ou restringir a ocupação dos espaços da cidade por parte dessas escolas. Com isso, a proposta é que sejam produzidos quadros quantitativos e mapas que explicitem a movimentação de escolas públicas e privadas entre as regiões definidas como freguesias urbanas e rurais do Município Neutro. Na perspectiva comparativa entre esfera pública e privada, como hipótese preliminar do projeto, há indicações acerca da maior expressão, em termos numéricos, das iniciativas particulares, fossem elas formais (colégios primários e secundários) ou informais (aulas avulsas, preparatórios). Integrando um projeto de pesquisa mais amplo, com participação de outros pesquisadores, o desenvolvimento deste estudo pretende colaborar com os demais investimentos do campo da História da Educação cuja pretensão é compreender melhor o fenômeno educativo a partir de diferentes perspectivas e, da mesma forma, ampliar a pesquisa e divulgação dos acervos documentais existentes.

ANA CHRYSTINA VENANCIO MIGNOT

TÍTULO: TRAVESSIA ENTRE A CIÊNCIA E A FÉ: A NOVA PEDAGOGIA PARA A EDUCADORA CATÓLICA LAURA JACOBINA LACOMBE

Seguindo as pistas deixadas pelos historiadores da educação que, ao se voltaram para as viagens de educadores como um dispositivo de apropriação e circulação de modelos pedagógicos, examinam a importância que o Instituto Jean-Jacques Rousseau desempenhou, na fabricação de uma nova sensibilidade pela infância que orientou a defesa da escola como direito das crianças e a necessidade de assegurar métodos de ensino renovadores, este estudo se volta para as duas primeiras viagens de Laura Jacobina Lacombe, à Suíça (1925 e 1927) e as duas primeiras que realizou à Bélgica (1927 e 1933). Atuante na Associação Brasileira de Educação (ABE) e, posteriormente, na Associação de Professores Católicos do Distrito Federal (APC), ela se tornou um dos mais importantes elos de ligação entre a ABE e o instituto suíço, onde estavam os educadores que lideraram a produção e difusão de ideário pedagógico renovador – A. Ferrière, P. Bovet e E. Claparède – bem como com O. Decroly, em Bruxelas. Ao eleger as viagens de

Laura Jacobina Lacombe para investigar como se apropriou das propostas escolanovistas na produção e difusão do discurso educacional católico, reconheço que o laicato católico é mais heterogêneo e complexo do que se supõe, como propõe Bernadete de Lourdes StreiskyStang (2008), e assumo a perspectiva de Marta Chagas de Carvalho (2002) quando lembra que, diferentemente do que se tem acreditado, a militância católica não se opôs ao avanço das novas propostas pedagógicas e se mobilizou para difundir “a sua versão da nova pedagogia”. Para interpretar a travessia física e intelectual entre a ciência e a fé, busco, na documentação existente em diferentes instituições de guarda, suas convicções pedagógicas e crenças religiosas que informam e conformam seus modos de ver, ouvir, experimentar e propagar. A investigação pretende melhor compreender a hibridização de princípios e práticas escolanovistas e católicas por ela apropriados e difundidos, contribuindo, deste modo, para matizar uma certa versão consagrada na historiografia da educação.

ANA KARINA BRENNER

TÍTULO DO PROJETO 1: A EJA PARA OS JOVENS DO ENSINO MÉDIO: TRAJETÓRIAS E PROCESSOS EDUCATIVOS E DE INDIVIDUAÇÃO

O projeto de pesquisa se associa a projeto coletivo que busca compreender e revelar as trajetórias de escolarização e os percursos biográficos de jovens estudantes de Ensino Médio de escolas públicas que se encontram em situação de defasagem escolar. O recorte específico desta proposta tem preocupação especial com a oferta escolar na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, buscando revelar e compreender trajetórias de escolarização e percursos biográficos de jovens estudantes de Ensino Médio de escolas públicas em situação de defasagem escolar – por abandono, repetência ou atraso na matrícula. As trajetórias truncadas ou irregulares de escolarização expressam a sonegação de direito básico à cidadania e a EJA tem, como modalidade da educação básica, o desafio de garantir a conclusão do ensino fundamental e do ensino médio para essa população que passou pela escola e, por motivos diferenciados (trabalho, responsabilidades familiares, maternidade/paternidade etc.), foi obrigada a abandoná-la.

Busca-se combinar, na análise sobre os percursos de vida dos jovens, a posição social com os estados sociais, ou seja, compreender a maneira como os indivíduos agem no contexto de determinada posição social na qual se encontram (Martuccelli, 2007). O estudo se fundamenta em uma sociologia do indivíduo para a qual o interrogante maior é o de saber como o indivíduo é capaz de sustentar-se no mundo e para a qual a dimensão de provas e suportes (Martuccelli, 2010) é fundante.

A pesquisa, em andamento, realizou survey (aplicação de questionários) com jovens estudantes de 14 escolas públicas estaduais localizadas no município do Rio de Janeiro com trajetórias escolares truncadas, constituindo banco de dados com 529 entrevistas com jovens de 18 a 29 anos de idade. A partir do questionário foram realizadas 19 entrevistas biográficas numa conjugação de metodologias quantitativas e qualitativas no sentido de melhor abordar o objeto de estudo e as análises sobre o fenômeno do truncamento das trajetórias escolares e dos processos de individuação. As 19 entrevistas biográficas realizadas com jovens levaram à produção de nova etapa de pesquisa que consistiu no acompanhamento de 3 desses jovens em seus cotidianos de estudo, trabalho, lazer e vida familiar. Tanto as entrevistas quanto os acompanhamentos dos 3 jovens lançaram mão de dispositivos metodológicos que auxiliassem na condução das entrevistas biográficas e na produção de reflexividade dos sujeitos da pesquisa a partir de narrativas de si. Tanto as entrevistas quanto os acompanhamentos foram filmados e

resultarão em documentário de pesquisa que se encontra em fase de edição. A pesquisa com utilização e produção de imagens se assenta nas experiências de 14 anos do Observatório Jovem do Rio de Janeiro (www.uff.br/observatoriojovem) de produção de filmes de pesquisa. A imagem é compreendida como representação do social (Becker, 2009) e o audiovisual tomado como ferramenta de produção de dados e reflexividade no encontro com os atores sociais investigados.

TÍTULO DO PROJETO 2: NARRATIVAS DE REFUGIADOS NO RIO DE JANEIRO: ACOLHIMENTO EM CURSO DE PORTUGUÊS PARA REFUGIADOS NA UERJ

O projeto de pesquisa se realiza como desdobramento da experiência de oferta de Curso de Português com Refugiados desenvolvido na UERJ em parceria com a Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro/Pares no âmbito da Cátedra Sérgio Vieira de Mello da UERJ. Associa-se trabalho efetivo de inserção de refugiados em nossa comunidade linguística, fundamentado em perspectiva funcional, que assegura práticas de ensino e formação a partir de necessidades básicas e de garantia de acesso aos direitos fundamentais, bem como ao mercado de trabalho e aos bens culturais de refugiados e solicitantes de refúgio residentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A experiência de trabalho com os refugiados informa a importância de criar a possibilidade de os refugiados - de diferentes partes do mundo, de diversas experiências de vida, diferentes culturas – narrarem suas histórias a partir de perspectiva distinta daquela exigida pelas muitas entrevistas às quais são submetidos a fim de contar suas histórias de modo a justificar os pedidos de refúgio. Aquilo que se espera pelos órgãos oficiais são as narrativas mais duras, trágicas e negativas de suas vidas com as quais buscam assegurar que os pedidos de refúgio sejam homologados. Contudo, as experiências - sempre complexas, contraditórias, também felizes, alegres e positivas – de vida, em família, em comunidade, não são reconstruídas em sua inteireza e integridade, não interessam à oficialidade que trata do refúgio. Compreende-se, assim, que permitir a abertura de campo de reflexividade sobre si aos jovens refugiados e solicitantes de refúgio através de entrevistas narrativas é ação importante também no sentido da ação de acolhimento. Compreendendo os limites de comunicação que o aprendizado ainda em curso da língua portuguesa impõe, dispositivos de sons e imagens estão sendo utilizados tanto para ampliar o campo de reflexividade sobre si quanto as possibilidades comunicativas entre refugiados e integrantes da pesquisa.

ANNIE GOMES REDIG

TÍTULO: O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA ESCOLA PARA A VIDA ADULTA E MUNDO DO TRABALHO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A presente pesquisa se insere no contexto de estudos voltados para disseminação de políticas e práticas de inclusão. A inclusão é um movimento mundial e nas últimas décadas o cenário educacional brasileiro vem se transformando para atender a diversidade. Dentro das questões eminentes que envolvem a construção de uma escola inclusiva, destacamos a formação para o momento pós-escola para estudantes com deficiência intelectual. Nessa direção, a pesquisa tem como objetivo a elaboração, implementação e avaliação de um Plano Individualizado de Transição para a vida adulta e mundo do trabalho para jovens e adultos com deficiência intelectual a partir dos 14 anos de idade, matriculados em turmas comuns (Ensino Fundamental II e/ou Ensino Médio), classes e/ou escolas especiais, além do acompanhamento desse processo. Sendo assim, será utilizada como metodologia a pesquisa qualitativa nos pressupostos da pesquisa-ação e com a elaboração de um Plano de Ensino Individualizado que contemple um Plano

Individualizado de Transição para a vida adulta e/ou mundo do trabalho, de forma a permitir ao sujeito opções de aprendizado para além de conteúdos acadêmicos, possibilitando a sua inclusão escolar, social e laboral.

CÁTIA CRIVELENTI DE FIGUEIREDO WALTER

TÍTULO: O USO DE DISPOSITIVOS GERADORES DE FALA (DGF) ASSOCIADO AO PECS-ADAPTADO: COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA PARA CRIANÇAS COM AUTISMO

O uso de dispositivos gerador de fala (DFG) vem mostrando resultados promissores nas intervenções de linguagem com crianças que apresentam sinais e sintomas do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Tais dispositivos são utilizados com a função de produzir fala digitalizada ou sintetizada e devem ser utilizados por indivíduos com pouca ou nenhuma fala funcional. Com o aumento da alta tecnologia dos recursos de Comunicação Alternativa e considerando os resultados promissores no uso do programa PECS-Adaptado (WALTER, 2000) na promoção da comunicação funcional de pessoas com autismo, o presente projeto tem como objetivo desenvolver e avaliar os efeitos do uso da Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) utilizando Dispositivos Geradores de Fala (DGF) associado ao programa PECS-Adaptado com crianças com autismo em desenvolvimento de linguagem. Assim, pretende-se dar continuidade ao programa desenvolvidos pelo grupo de pesquisa do Professor e Pesquisador Dr. Oliver Wendt da University of Central Florida (EUA) no uso do SPEAKall na versão *IPAD* e *IPHONE* com a finalidade de promover a comunicação funcional às crianças com TEA. O projeto foi elaborado considerando as seguintes etapas de execução: a) conhecimento do Programa SPEAKall que envolve a utilização de software dedicado ao campo da CAA e linguagem; b) aplicar o programa de CAA utilizando os Dispositivos Geradores de Fala (DGF) associado ao PECS-Adaptado; c) avaliar os efeitos do programa em três crianças que estejam dentro do espectro do autismo, com idade variando entre 4 a 7 anos e que não tenham desenvolvido a fala funcional ou que apresentam alterações na fala; d) Analisar os efeitos do programa e seus resultados no comportamento comunicativo das três crianças, por meio de uma pesquisa experimental de linha de base e intervenção; e) Para realização das etapas descritas serão utilizados protocolos de avaliação do grau de autismo, análise das características da linguagem, comunicação funcional, funcionamento cognitivo, protocolos de registro diário, protocolo de suporte oferecido e autonomia para comunicar algo desejado, lista de vocabulários e avaliação de comportamentos interativos. Também serão utilizados os dispositivos geradores de fala, como *IPADs*, *Ip hones* que desenvolvem os sistemas gráficos para serem utilizados com os DGF. Espera-se que com os resultados obtidos novos projetos poderão ser aplicados em diferentes contextos e com participantes de diferentes idades. Essa parceria é fruto de um projeto de Pesquisador Visitante (CAPES) realizado pela coordenadora do projeto e busca parceria internacional com a University of Central Florida (EUA) no uso de novas técnicas em CAA.

FERNANDO ALTAIR POCAHY

TÍTULO: GÊNERO E SEXUALIDADE EM INTERSECCIONALIDADES NOS COTIDIANOS DA EDUCAÇÃO E/M SAÚDE: CARTO-GENEALOGIAS DA DIFERENÇA

A pesquisa em tela problematiza o jogo agonístico da produção da identidade e da diferença em torno de gênero, raça, sexualidade e geração, desde um contexto de fratura democrática e intensa disputa em torno do corpo como materialidade/arena de governamento na trama do(s) biopoder(es). Busca-se com isso compreender como se estabelecem tanto intersecções de marcadores de diferença quanto aqueles modos-práticas decorrentes dessas a engendrar vulnerabilidades - social, programática e individual - e precarização da vida, bem como modos de resistência (produção de saúde). O projeto assume pressupostos pós-críticos em educação associado ao campo de estudos (trans)feministas queer e interseccionais para instalar suas problematizações em um modo de pesquisar-intervir. As ferramentas conceituais reunidas para seguir neste caminho investigativo são inspiradas no trabalho genealógico de Michel Foucault (1995) em seus lances para uma ontologia do presente, implicitamente movimentado nos termos de uma cartografia dos espaços-tempos e fluxos/práticas discursivos e não discursivos - como possibilidade de traçar as linhas que constituem o regime de materialidade de um enunciado, redefinindo as suas possibilidades de (re)inscrição e legitimidade nos jogos de poder – saber (FOUCAULT, [1977] 2001; [1982, 1984] 2001; 1995). O desenho da pesquisa prevê a formulação de entradas de problematização em um esquema multimétodos e plurifases (como esquema pragmático e programático) tomando o dentro-fora da escola como lócus privilegiado para as análises-in(ter)venções. Ao assumir as (micro)políticas educativas como práticas de subjetivação o estudo define como seu escopo as formas de governamentalidade produzidas em determinados espaços-tempos formativos (públicos e/ou associativos) na cidade do Rio de Janeiro.

FLAVIA FAISSAL DE SOUZA

TÍTULO: O ESTATUTO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA NAS POLÍTICAS E PRÁTICAS DE ESCOLARIZAÇÃO DOS ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Atualmente, em nosso país, a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, fortemente marcada pelos acordos internacionais, se realiza por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), serviço complementar e/ou suplementar ao ensino regular, oferecido no contra-turno, conforme proposto nas políticas públicas educacionais. Sendo o eixo central de construção dessa política a noção de acessibilidade com foco de investimento prioritário em instrumentos tecnológicos. Assumindo os pressupostos da perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano, em especial as noções de escolarização, ensino e aprendizagem, conforme postuladas por L.S.Vigotski, nas quais estes processos se constroem na relação entre professor-aluno-conhecimento nas práticas cotidianas escolares, questionamos o foco central de investimento em instrumentos tecnológicos em detrimento da formação e condições de trabalho do professor. Isto posto, o objetivo dessa pesquisa é, a partir da abordagem dos Ciclos de Política de S. Ball e R. Bowe, analisar o estatuto das Tecnologias Assistivas como suporte ao processo de escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial nas diretrizes internacionais e nacionais das políticas de educação inclusiva e nas suas traduções na rede pública de ensino do município de Duque de Caxias/RJ. Para tal, além da análise dos documentos que tratam do contexto de influência e dos textos políticos

internacionais, nacionais e locais, será realizada uma pesquisa de campo, durante um ano letivo em três escolas da rede pública de ensino do município de Duque de Caxias/RJ. Após um estudo exploratório, realizaremos observações sistemáticas em três escolas e entrevistas semiestruturadas com os professores do ensino comum e do especializado. Por fim, os dados sistematizados serão analisados de forma qualitativa a luz do referencial teórico assumido.

GUILHERME AUGUSTO REZENDE LEMOS

TÍTULO: A TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA COMO ESPAÇO-TEMPO DE PRODUÇÃO DE SENTIDOS

Trata-se de um projeto de políticas curriculares, de formação de professores (em serviço). A proposta tem como foco a pesquisa intervenção nas escolas do ensino fundamental. Terá por objetivo ampliar os vínculos dos sujeitos da educação com a escola como lugar de ensino ou de trabalho, aspecto negligenciado por políticas públicas centralizadas para o currículo (tais como a BNCC) e fundamental para a qualidade da educação. A presente pesquisa, através de estudos narrativos de cunho biográfico (Miller, 1990), buscará discutir como os docentes se percebem como sujeitos em sua ação curricular, através da transposição didática, com o intuito de produzir experiências curriculares alicerçadas na reflexão dos docentes sobre sua história que é, ao seu turno, individual e social.

GUSTAVO COELHO

TÍTULO: ESTÉTICAS MARGINALIZADAS: JOVENS EM DESCOLONIZAÇÃO ÉTICAESTÉTICA.

Assumindo a dimensão estética como condição humana, o que pressupõe portanto uma expansão do conceito de estética, grosso modo deslocando-o de sua aderência “fria” exclusiva às obras de arte, a uma concepção etimológica e “quente” do termo grego *aisthesis*, este projeto, em companhia de Nietzsche, Foucault e Maffesoli, entende a vida, a subjetividade, como lugar de artistagem, aproximando portanto ética e estética. Se, então, a dimensão estética é essa que inclui as sensações, as emoções, os jeitos, os gestos, o corpo como (in)acabamento de fruição, permeável aos afetos, sendo o ser humano, nas palavras de Fanon, “um SIM vibrando com”, é justamente nela que algo de incontrolável, algo de indeterminado, segue agindo a despeito dos “fins objetivantes”, como disse Lacan, de nossa “consciente” autorização. Trata-se então de algo que mesmo sendo nós mesmos, difere de nós, ameaçando portanto o monopólio da razão instrumental individual que concebeu o sujeito moderno ensimesmado, para o qual quanto maior o esclarecimento, mais próximo ele estaria de um total domínio sobre si e o mundo, sendo então a ameaça de um possível pluralismo dinâmico naquilo que parece ser incontrolável, um fantasma a ser esconjurado. Nesse sentido, o conceito de Diferença em Deleuze, Guattari e Derrida, os estudos da presença, da subjetividade e seus cruzamentos entre a linguagem e a psicanálise, especialmente em Gumbrecht, Blanchot, Barthes, Lacan, Freud, Jung e Fanon, assim como as contribuições da antropologia na radicalização da crise epistemológica moderna, sobretudo os estudos ameríndios em Viveiros de Castro e Pierre Clastres, nos interessam primordialmente. Apostamos, então, no campo da estética como lugar que, por guardar incompatibilidades ao racionalismo ocidental moderno, guarda também indícios eloquentes do que de nós fora descartado na consolidação desse império. Em todo caso, mesmo com esse espectro teórico que nos inscreve em um campo alargado, politicamente privilegiamos pesquisas de campo que

tenham como interesse experiências estéticas daqueles humanos menos adequados, “outsiders”, de currículo esquizo, sem carreira e sem conforto, loucos, molecada correria do “fundão” da sala-de-aula, justamente sob os quais pesa a identidade antagônica de serem os que servirão de figura comparativa negativa, “servem para nada”, “vagabundos”, “pestes”, destinados ao “fracasso” existencial e também escolar. Como esses experienciam e dão contornos a tal demanda, a tal drama de paradoxalmente serem encaixados em categorias fixas negativas, mas feito “NÃOs” afirmativos se comportarem como refluxos de uma imanência indomesticada, contrapontos da estabilidade? Formular respostas a essa pergunta é nosso objetivo principal, enquanto que a percepção de que se trata de um universo onde destinatários das imagens e valores negativos à sociedade, mesmo assim inventam e enunciam linguagens outras, é nossa principal justificativa. Quê linguagens, quê estéticas, quê ethos se vive enquanto manejos possíveis numa subjetividade que opera nesse cruzamento irresoluto de ser afixado em um “NÃO” afirmativamente dinâmico dentro de um regime imobilizante? A despeito, então, da negligência, marginalização e desqualificação das quais são geralmente alvos, acreditamos que nestes cotidianos está em constante e dramática modelagem uma série de formas de resistência, de reinvenção descolonial, de conhecimento e mesmo de sofisticação conceitual.

JANE PAIVA

TÍTULO DO PROJETO 1: CONSTELAÇÕES ANALÍTICAS DO DIREITO À EDUCAÇÃO EM NOVOS CONTEXTOS HISTÓRICOS: QUE SENTIDOS PARA A DIVERSIDADE E PARA A DIGNIDADE HUMANA?

O aprofundamento da temática do direito à educação neste novo projeto de pesquisa dá seguimento aos estudos e investigações que venho promovendo de há muito tempo no campo da educação de jovens e adultos, mais especificamente desde que a Constituição Federal de 1988, quando promulgada, preceituou na Carta os direitos sociais que vinham sendo reivindicados pelos movimentos em defesa da cidadania, nas lutas travadas com a ditadura civil-militar que retirara, com a repressão, também os direitos políticos dos brasileiros. A conquista de direitos sociais, especialmente nos termos em que movimentos em prol da saúde e da educação os defenderam, escreveu e inscreveu novas páginas na história do país, despertando meu interesse para a compreensão de como o direito à educação para jovens e adultos se fazia em políticas públicas e com que sentidos se expressava. Assim, o objetivo geral do projeto visa à compreensão de emoções e sentimentos relatados por sujeitos jovens e adultos quanto às interdições sofridas para o exercício do direito à educação em qualquer fase de suas vidas, tomando em conta, especialmente, contextos históricos e políticas socioeconômicas, culturais e educacionais — vagas insuficientes para crianças em idade escolar; localização de escolas e de vagas; não oferta de vagas em escolas para a educação de jovens e adultos; redução de investimentos em educação de jovens e adultos (EJA); insucesso das políticas escolares “regulares”, com investimento duplo em um mesmo sujeito que retorna várias vezes à escola para concluir seu curso, sem conseguir permanecer e ter “sucesso”; o modelo utilizado na oferta de EJA, que apenas “copia” o modo de oferta da escola regular; fechamento de classes e escolas etc. — e as mudanças que se vão produzindo complexamente na ordem do trabalho e renda, na cidadania e nas questões da diversidade (de gênero, étnico-racial, de classe social) e como esses elementos constelacionais impactam o princípio constitucional da dignidade humana. Com esse foco, o projeto pretende pôr em teste a categoria analítica de sofrimento ético-político (SAWAIA, 2009) vivido por sujeitos diversos de classes populares interditados do direito à

educação e à escolarização, buscando arregimentar, pelas narrativas, elementos que confirmem ou contestem a formulação da autora, e como esses elementos se conectam entre si, complexificando a compreensão do que é dor (perspectiva individual) e do que é sofrimento (perspectiva coletiva) na existência social e humana. A escolha do objeto, assim definido, se ampara nas recomendações de B. S. Santos (1997) que sugere o uso de interrogações poderosas (contra hegemônicas, para o autor) para fazer avançar o conhecimento, penetrando em pressupostos epistemológicos e ontológicos do saber constituído, introduzindo valores e ética nos conceitos científicos. Para isso, defende o uso de categorias desestabilizadoras na compreensão de questões sociais, de modo a criar novas constelações analíticas por meio das quais poderão ser mobilizados sentidos inesgotáveis, a partir de ideias e de paixões. O processo de investigação proposto, então, problematiza e reorganiza conceitos de exclusão/inclusão à medida que as narrativas de sujeitos diversos — jovens e adultos de classes populares que, quanto mais diversos, mais desiguais — se evidenciam, explorando a utilidade desses conceitos. Trata-se de ir além da produção existente e forjar novas compreensões, pondo em cheque, como anunciado, a formulação de Sawaia (2009), com a concepção de sofrimento ético-político, e como esta se constitui para sujeitos que vivem/eram injustiças sociais, nesse caso, situações de interdição à educação e fracasso escolar. Compreender como necessidades humanas se fixam, não apenas em atos de sobrevivência, mas de desejos e sonhos em concomitância, por meio de entrevistas compreensivas com sujeitos de diferentes grupos sociais que têm em comum a vivência da desescolarização/não alfabetização, como suporte à metodologia de história oral. Seriam estes conceitos-processo, não mais deserdados e desencarnados, mas libertados da evidência e banalização do mal do outro que o expia como culpa, individual e privada, em vez de pública, porque da ordem da injustiça e da desigualdade social? Como, então, os sujeitos vivenciam esta situação de desigualdade? Como culpa individual, como incapacidade? Como dor ou como sofrimento ético-político? Percebem a injustiça social que os acomete? E como um e outro se expressam em cada grupo de sujeitos nomeados? O que compreendem da própria interdição ao direito à educação e como a enunciam? Que marcas/histórias deixou em suas vidas?

TÍTULO DO PROJETO 2: CENTRO DE REFERÊNCIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O projeto Centro de Referência e Memória da Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos no Rio de Janeiro realiza-se a partir do Grupo de Pesquisa Aprendizados ao longo da vida: sujeitos, políticas e processos educativos, e tem por finalidade o desenvolvimento de ações visando à consolidação da área da educação de jovens e adultos, por meio da produção, conservação e disponibilização da memória passada e presente e recriação da história da educação popular e da educação de jovens e adultos. Suas ações se referem ao levantamento e à identificação, tratamento técnico (digitalização) e referenciado (segundo a Norma Brasileira de Descrição Arquivística), e organização de material didático e de demais documentos produzidos pelas ou sobre experiências brasileiras de educação popular e de jovens e adultos. O acervo resgatado terá duas destinações: uma física, sob a responsabilidade da Universidade que o abriga; outra virtual, disponibilizando online, em página web compartilhada por diversos projetos/programas, de maneira a permitir atualizações a partir de novos materiais coletados. Ao mesmo tempo, o acervo online e físico existente, da memória passada subsidiará ações de pesquisa e de ensino, presentes e futuras no campo, produzindo investigações sobre materiais, documentos e registros da área, reconstituindo a história de experiências e da ação de seus protagonistas em programas e projetos que alimentam/aram o campo. O acervo se oferece à consulta e subsídio a pesquisadores,

professores e alunos de EJA, bem como de cursos de formação de professores na área. A memória resgatada e organizada em acervo documental integra-se a outros movimentos na mesma direção realizados por universidades de diferentes regiões do país e subsidiará pesquisas de diversas naturezas realizadas por universidades e outros centros de pesquisa no campo da história da educação popular e de jovens e adultos, especialmente.

LEILA REGINA D'OLIVEIRA DE PAULA NUNES

TÍTULO: ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: PROPOSTA PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

A atual proposta dá continuidade ao projeto de pesquisa iniciado em 2013 e em vias de finalização (NUNES, SCHIRMER, 2013), financiado pelo CNPq (Proc. 501388/2013-3) e pela FAPERJ (Proc. 102.319/2013). A proposta atual visa avaliar: a) os efeitos dos procedimentos de autoscopia na formação dos professores participantes do estudo anterior e b) os efeitos da proposta denominada de Salas Abertas, ou seja, a oferta de palestras e oficinas por esses professores a seus colegas professores de SRM nas regiões de suas CREs. Após a implementação da formação continuada sob forma de palestras, workshops, discussão de textos, apresentação de vídeos e demonstração de recursos de Comunicação Alternativa de alta e baixa tecnologia durante os anos de 2013 e 2014, a partir de 2015, será introduzido o procedimento de autoscopia. Os professores participantes farão videografações de sua própria atuação junto ao alunos nas SRM e/ou nas salas regulares e enviarão tais vídeos de trinta minutos de duração aproximadamente para as pesquisadoras analisarem-nos previamente e selecionarem as cenas contendo situações críticas. Após a seleção de tais cenas, os participantes e os agentes de intervenção se encontrarão para realizar sessões de autoscopia. Autoscopia diz respeito a uma ação na qual o eu se analisa em torno de uma finalidade, a partir de um objetivo específico. Ela envolve um procedimento de coleta de dados que registra por meio da videografação a ação do sujeito e, em sequência, coloca-o como avaliador de seu próprio desempenho. Assim, durante tais sessões, a apresentação dos vídeos para todos os participantes será igualmente filmada. Nesses encontros, que ocorrerão na Oficina Vivencial do IHA, o autor de cada vídeo é solicitado a avaliar seu próprio desempenho assim como o de seu aluno. Os demais professores e agentes de intervenção serão igualmente estimulados a comentar sobre o vídeo assistido e dar sugestões. Concomitantemente, estes professores, funcionando como multiplicadores de conhecimento, oferecerão curso de formação, em forma de palestras e/ou realização de oficinas para os colegas professores de SRM nas regiões de suas CRE. Esta fase é denominada de Salas Abertas. As sessões das Salas Abertas serão filmadas e transcritas para posterior análise do impacto que a formação causará nos profissionais presentes.

LIGIA MARIA M. L. LEÃO DE AQUINO

TÍTULO: UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL UNIVERSITÁRIA: POLÍTICAS E PRÁTICAS PARA A INFÂNCIA EM DIÁLOGO COM O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO

O projeto visa compreender como as políticas e práticas para a educação da pequena infância têm se produzido e afetado as Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil (UUFEl) no que se refere às atividades de ensino, pesquisa e extensão, a partir da publicação da Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) de nº 1 de março de 2011, que fixa normas de funcionamento das unidades de Educação Infantil ligadas à

Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações. A metodologia adotada se utiliza de análise de documentos, entrevistas e observação de campo de modo a apreender a complexidade da realidade de duas UUEI, localizadas no Estado do Rio de Janeiro. Pretendemos com esta pesquisa contribuir para a ampliação das investigações sobre as UUEI, federais e estaduais, evidenciando seu papel de referência para as práticas de educação infantil, como nossas pesquisas e outros estudos tem apontado. Esperamos ainda intensificar os estudos sobre as políticas educacionais para a primeira etapa da educação básica e suas implicações com as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas instituições e seus profissionais, fortalecendo os projetos comprometidos com a democratização da educação, seja na garantia de acesso, mas também nos mecanismos de participação e decisão, inclusive das crianças. A relevância para a área de atuação está na possibilidade de elaborar conhecimento sobre as UUEI, campo pouco investigado apesar dos seus mais de 40 anos de existência, e por permitir ampliar o acervo de documentos já catalogados em nossas pesquisas anteriores, deverá alimentar outras pesquisas, desenvolvidas inclusive por pesquisadores de outros centros e regiões. A relevância também se destaca por buscar analisar as políticas e práticas de educação infantil, quando esta, como primeira etapa da educação básica, vem sofrendo uma série de ameaças na sua consolidação como parte das políticas educacionais. Infelizmente, reformas e medidas adotadas pelo atual governo federal, que sem impôs através da destituição da presidente eleita, têm reduzido os financiamentos à educação e descaracterizado a educação infantil (assim como toda a Educação Básica) como um direito das crianças. Esperamos desse modo, contribuir na formulação de estratégias de resistência e investimento por uma educação democrática e popular.

LISANDRA OGG GOMES

TÍTULO: A PARTICIPAÇÃO DA INFÂNCIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

A principal problemática desta pesquisa trata dos processos de socialização e das formas de participação da infância na sociedade brasileira. O propósito é conhecer, analisar e compreender as práticas, os discursos e as dinâmicas sociais que reconhecem as crianças como sujeitos de direitos e atores sociais. Os recentes estudos desenvolvidos nos campos da educação e da sociologia indicam que as configurações formadas entre as gerações conduziram à organização de espaços sociais próprios para as crianças, nos quais elas têm seus interesses e ações sociais legitimados. Cada vez mais, as crianças são reconhecidas como sujeitos de direito o que promove uma maior participação da categoria infância na sociedade. Isso porque as configurações de maior proximidade entre os sujeitos e o predomínio de um pensamento científico-interpretativo produziram um estatuto próprio para a infância e prescreveram os espaços dessa categoria. Ainda que esses espaços sejam, sobretudo, a família e a escola, as crianças estão, atuam e socializam-se nas diferentes instâncias sociais, como, por exemplo, igreja, comunidade, rua, ambientes virtuais, etc., e interferem nas e reorganizam as dinâmicas, determinações e prescrições institucionais. A complexidade dessa participação está no fato de que se, por um lado, as transformações socioculturais reconhecem cada vez mais as crianças como sujeitos de direitos e atores sociais, por outro lado, a infância precisa de proteção e provisão o que acaba por privá-las de uma maior participação. Portanto, conhecer as formas de participação e de socialização das crianças, por meio das suas práticas, dos seus discursos e das suas dinâmicas com as instâncias sociais, contribui tanto para a compreensão das ações, funções e da posição dessa geração quanto para um entendimento das intervenções sociopolíticas na infância. Este estudo sociológico-educacional recorre a dados de natureza qualitativa e quantitativa com o objetivo de

mapear, comparar e compreender as formas de atuação das crianças na sociedade, e, assim, entender os impactos sociais, culturais, políticos e econômicos da infância.

LUIZ ANTONIO GOMES SENNA

TÍTULO: CULTURAS EM CONTATO NO PROCESSO DE LETRAMENTO

Programa e base do VI ciclo de pesquisas do Grupo Linguagem, Cognição Humana e Processos Educacionais, retoma abordagens de cunho teórico no estudo das condições gerais do processo de letramento na educação básica brasileira, no âmbito do qual estão incluídos os diferentes campos curriculares vinculados, a saber: alfabetização, formação de leitores, produção de textos, educação matemática e científica. O programa congrega projetos específicos de pesquisa e formação de RH em nível de mestrado e doutorado, cujos objetivos visam a contribuir com a identificação de fatores responsáveis pela perpetuação de situações de severo custo no desenvolvimento e uso dos códigos e sistemas de representação da cultura letrada escolar na sociedade brasileira. Seus objetos primários variam entre: (i) fenômenos associados às propriedades intelectuais e socioafetivas de sujeitos sociais em condição de diversidade, sejam entre aqueles com necessidades especiais, ou em condição de marginalidade cultural, e (ii) fenômenos associados às propriedades estruturais e estruturantes das peças mais representativas da cultura letrada moderna, a saber, a escrita alfabética e as representações algorítmicas da matemática. O programa dá consecução a estudos anteriores do grupo de pesquisa, deles resgatando os conceitos de sistemas metafóricos e de modos do pensamento, com base nos quais fundamentam-se explicações que nos permitem caracterizar as produções realizadas por alunos em processo de letramento como formas plenas e legítimas, em coerência com a noção vygotskiana de desenvolvimento proximal. Nesta fase de estudos, o grupo avança na investigação de fatores que resultam em custo severo de plena apropriação das formas reconhecidas como adequadas à cultura letrada. Consideram-se, aqui, a formação inicial na alfabetização (com foco sobre os casos interdição no processo de construção da escrita) e os casos ordinariamente associadas àquilo que se vem usando chamar analfabetismo funcional, identificado tanto no uso da escrita alfabética como no dos recursos da matemática escolar, ou outros instrumentos da cultura acadêmica.

MÁRCIA CABRAL DA SILVA

TÍTULO: LIVROS EM COLEÇÕES: O CASO DA BIBLIOTECA INFANTIL DA LIVRARIA QUARESMA (1894-1960) – Fase II

Neste projeto, busca-se dar continuidade à pesquisa anterior - *Livros em coleções: o caso da Bibliotheca Infantil da Livraria Quaresma (1894-1960) Fase I* - por meio da qual se examinou a invenção da *Bibliotheca Infantil* pela Livraria Quaresma Editora ou Livraria do Povo (Rua São José, 65/67). Tratou-se de um investimento no último quartel do século XIX de livros baratos para o povo, assim como de livros para crianças, brinquedos, poemas, peças de teatro, contos adaptados para a realidade brasileira, de conteúdo moral, histórias proveitosas e piedosas de vários países, traduzidas umas e outras colhidas da tradição oral. Se, em um primeiro momento, identificaram-se o livreiro editor Pedro da Silva Quaresma e o jornalista Alberto Figueiredo Pimentel como mentores comerciais e intelectuais do empreendimento, nesta segunda fase da pesquisa, almeja-se investigar as redes de sociabilidade dos intelectuais que participaram do projeto editorial e, de algum modo, contribuíram para a consolidação do projeto inicial. De um lado,

chama a atenção o protagonismo do ilustrador e caricaturista Julião Machado, com inserção nos periódicos em circulação à época, e tendo as ilustrações do início da coleção (1894) reproduzidas até os anos de 1960 nos livros da *Bibliotheca Infantil* Quaresma. Importa verificar, em acréscimo, o protagonismo de outros intelectuais que teriam participado do projeto por meio da autoria de textos, do exercício da crítica, como Julia Lopes de Almeida. De outro lado, nota-se que a coleção é formada de livros pertencentes a vários gêneros do discurso: contos, poemas, dramas, atividades de entretenimento como jogos, charadas. De tal modo, busca-se, nesta etapa, mapear e examinar esses gêneros do discurso, com a finalidade de se compreender as séries que constituíram a coleção, assim como o modo de se assegurar a fidelidade dos leitores até os anos de 1960 por meio de um formato material regular e as estratégias de conformação de um público leitor. Com vistas ao exame, o estudo apoia-se em pressupostos teórico-metodológicos extraídos da História da Leitura, da História da Edição, da História Intelectual, assim como da epistemologia bakhtiniana sobre os gêneros do discurso. De modo geral, interessa-nos agregar pesquisadores que investiguem a história do livro e da leitura, com especial ênfase no período analisado.

MARIA CELI CHAVES VASCONCELOS

TÍTULO: OS CAMINHOS PARA ENSINAR: ROTAS, CENÁRIOS, AGENTES E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO OITOCENTISTA (1824 - 1889)

Nos últimos anos, a mídia brasileira tem registrado um aumento significativo de famílias que optam pela educação doméstica, retirando os filhos da escola, embora existam inúmeras restrições legais a essa prática. Esse contexto de divergências impõe um debate para além das políticas educacionais, que revela a necessidade de se buscar na história da educação a gênese dos movimentos de escolarização, a partir do formato que, inicialmente, serviu como modelo ao nascente sistema de ensino escolar brasileiro, a educação doméstica, praticada ao longo de todo o século XIX, pelas famílias que podiam arcar com seus custos. Assim, a pesquisa em pauta se constitui em um estudo aprofundado sobre a educação doméstica, prática recorrente no Rio de Janeiro oitocentista, da qual faziam uso, notadamente, as famílias pertencentes às camadas mais favorecidas na estrutura social vigente. O objetivo central do projeto é, portanto, a investigação histórica acerca deste fenômeno educativo, a educação doméstica, os locais e como ocorria o seu funcionamento, seus agentes e práticas, bem como os lugares onde foi majoritária em relação à escola instituída na Província do Rio de Janeiro. Busca-se, ainda, demonstrar aspectos significativos de sua convivência com outras modalidades existentes na mesma época: a educação em colégios particulares e a instrução pública, analisando as relações estabelecidas entre a esfera privada, a educação na casa, e a esfera pública, caracterizada como a educação escolar, submetida à responsabilidade do estado não apenas no que se refere aos estabelecimentos oficiais, mas também aos particulares, tendo em vista as licenças para ensinar expedidas pela diretoria da instrução pública, bem como a certificação dos exames preparatórios e de aptidão. Em um plano mais específico, o estudo pretende investigar a arquitetura dessa prática, o cotidiano de seus agentes, os manuais utilizados e a sistematização dos métodos de ensino. No que se refere aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa, histórico-documental, na qual será utilizado um repertório diversificado de fontes que denotam "os caminhos" para a realização da educação doméstica. Em meio às fontes documentais selecionadas para a pesquisa, destacam-se os periódicos, relatórios oficiais, a literatura da época, cartas de viajantes, egodocumentos, registros de testemunhos da memória daqueles que observaram e vivenciaram a educação

doméstica. Com os resultados obtidos, o projeto tenciona contribuir não apenas para os estudos do campo da história da educação, vinculados à linha de pesquisa “Instituições, Práticas Educativas e História”, mas trazer elementos para a discussão atual, na qual, um século depois da supremacia incontestável da escola na legitimidade de ensinar e educar, algumas questões se colocam diante das possibilidades trazidas pelas inovações tecnológicas, entre elas, a perspectiva da educação doméstica voltar a se constituir em uma modalidade instituída de educação.

MARIA ISABEL RAMALHO ORTIGÃO

TÍTULO: POLÍTICAS E PRÁTICAS ESCOLARES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Este projeto de pesquisa visa a compreender as políticas e as práticas escolares associadas à melhoria de desempenho das escolas brasileiras, tendo o Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA) como objeto de estudo. O PISA é uma avaliação internacional que avalia jovens de 15 anos de idade em diversos países, incluindo o Brasil, e busca verificar o quanto estes jovens estão preparados para a transição à vida adulta. Especificamente, pretende-se (a) analisar os resultados brasileiros ao longo das edições do PISA (2000 a 2015), nas três áreas de conhecimento consideradas (Leitura, Matemática e Ciências); (b) investigar que fatores escolares (políticas e práticas) estão associados ao desempenho de estudantes brasileiros que participaram do PISA, e (c) quais destes fatores minimizam o impacto do nível socioeconômico familiar nos resultados escolares, considerando que já é bem conhecido que a origem social tem impacto nos resultados escolares e que este impacto é desfavorável aos estudantes de menor nível socioeconômico. O desenvolvimento da pesquisa envolve análise de documentos sobre o PISA e análise aos próprios microdados do Programa.

MARIA LUIZA MAGALHÃES BASTOS OSWALD

TÍTULO: SUBVERTENDO A RELAÇÃO ENTRE CONHECIMENTO E PODER: CRIANÇAS, JOVENS E PROFESSORES EM SUAS MÚLTIPLAS REDES EDUCATIVAS

O projeto que proponho dá continuidade ao anterior, “Educação e contemporaneidade: crianças, jovens e redes de conhecimento”, cujos resultados apontaram para a potência da sociedade em rede, quando as redes são reprogramadas pelos desejos, sonhos, esperanças e resistências dos atores sociais que as instituem como redes de conhecimento e significação. Descobrimos nesses estudos jovens que, procurando fugir da manipulação e do controle do novo estágio do capitalismo, se envolvem em práticas coletivas alternativas a essa ordem. Interessa-me, e ao grupo de pesquisa que coordeno, continuar investindo em estudar essas práticas, ampliando o foco para crianças e professores. Diante do atual contexto político do Brasil, em que a educação assume a função de fortalecer o capitalismo, auxiliando o Estado a manter em situação de desigualdade os que mantêm o poder do conhecimento e os que não mantêm esse poder, minha proposta parece relevante. Trata-se de conhecer como crianças, jovens e professores da escola pública subvertem a relação entre conhecimento e poder nas múltiplas redes educativas em que atuam: (i) na escola, (ii) no espaço domiciliar; (iii) nos espaços urbanos (iv) nas redes sociais. O Projeto será realizado por intermédio de procedimentos da pesquisa presencial (observação; entrevistas) e online, orientados pelas contribuições que Walter Benjamin e Mikhail Bakhtin trouxeram à pesquisa em Ciências Humanas. No que se refere à especificidade do objeto, a construção e a análise

dos dados será orientada pelos estudos sobre conhecimento e poder na sociedade em rede (Manuel Castells); pelo aprofundamento do papel da astúcia dos praticantes sociais na subversão ordem social capitalista (Michel de Certeau); e pelos estudos sobre os modos de constituição da subjetividade de crianças e jovens nos contextos híbridos da contemporaneidade e nas relações com os artefatos de seu tempo (Édmea Santos, José Machado Pais, Helena Abramo; Hermano Vianna; Juarez Dayrell, Lucia Rabello de Castro; Marília Sposito; Micael Herschman; Paulo Carrano; Regina Novaes; Rosana Reguillo; Solange Jobim e Souza, entre outros).

MARISTELA GOMES DE SOUZA GUEDES

TÍTULO: CRIANÇAS DE TERREIROS: EDUCAÇÃO, SUJEITOS, IMAGENS E CRIAÇÃO DE CULTURAS

O presente projeto pretende dar continuidade ao projeto anterior onde pesquisamos como crianças e jovens de terreiros aprendem e ensinam o yorubá, uma língua africana viva que circula cotidianamente nos terreiros de candomblé no Brasil. De acordo com Beniste (2006), este idioma pertence à família de línguas do Sudão e é falado nas diferentes regiões da atual Nigéria. O yorubá, assim como outras línguas africanas, chega até nós no período da escravidão e se torna a mais comum nas comunidades negras. Seu último refúgio, lembra o pesquisador, foi nas comunidades de candomblé (os ilê) que se utilizam de elementos culturais nagôs e tem sido mantida através de cânticos, rezas e expressões diversas. Já a antropóloga Juana Elbein dos Santos afirma que os africanos de origem Bantu, do Congo e de Angola foram trazidos para o Brasil durante o período da conquista e espalhados em pequenos grupos por imensos territórios nos Estados do Rio, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais, numa época de comunicações difíceis e com centros urbanos começando a nascer (1986, p. 31). Os Nagôs, diz Santos, foram trazidos durante o último período da escravidão e concentrados em zonas urbanas em pleno apogeu dos estados do Norte e do Nordeste, Bahia e Pernambuco, particularmente nas capitais desses estados, Salvador e Recife. A referência de Santos é muito importante porque contextualiza o fato da maioria dos terreiros de candomblé no Brasil ser de tradição Nagô e porque justamente este candomblé tenha se perpetuado mais entre nós. Mas é no que argumenta Lopes (2003) que pretendemos nos debruçar neste novo projeto. Para este pesquisador dentro do quadro da presença afro-negra no Brasil, verifica-se uma predominância das culturas bantas, que colaboraram, diz ele, para nossa formação cultural, principalmente através de suas línguas, entre elas, o Quicongo, o Umbundo e o Quimbundo. Lopes contesta o que chama de suposta ascendência de línguas sudanesas, como o nagô (yorubá) no panorama das línguas africanas faladas no Brasil à época da escravidão e que teria modificado o falar português em nosso país. De acordo com ele, de fato, no vocabulário do português falado no Brasil, os termos de origem nagô estão mais restritos às práticas e utensílios ligados à tradição dos orixás, como a música, a descrição dos trajes e a culinária afro-baiana. (...) Tanto na fonética, quanto na morfologia e na sintaxe, as línguas bantas influenciaram decisivamente a língua que se fala hoje no Brasil. Mas, enfatiza, é no vocabulário que elas se fazem, mais presentes. O objetivo do presente projeto é continuar compartilhando como crianças de terreiros criam sentidos nos cotidianos dos candomblés. Desta vez, manteremos nossas observações e vivências em terreiros chamados de "nação Angola" para tentar compreender como crianças e jovens vivenciam línguas como quimbundo e o umbundo.

NILDA ALVES

TÍTULO: PROCESSOS CURRICULARES E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS: os modos como questões sociais se transformam em questões curriculares nas escolas

O presente projeto tem o interesse de, a partir das inúmeras redes educativas que todos formamos e nas quais nos formamos, compreender os processos pelos quais fatos sociais graves – no caso a forte migração de seres humanos, por múltiplas razões, com destaque para guerras e mudanças ambientais – se transformam em experiências curriculares. O projeto se desenvolve em dois movimentos: no primeiro, realizaremos ‘cineconversas’ em torno de filmes que mostrem ondas migratórias no mundo, em escolas em municípios do estado do Rio de Janeiro, dos quais participem docentes e discentes em formação. As ‘conversas’ – presenciais e on line – se desenvolvem acerca de narrativas, imagens e sons dos filmes e em torno de possibilidades e necessidades curriculares com o tema. Em um segundo movimento, serão realizadas oficinas, para criação de vídeos acerca da questão mobilizadora – migração – com a participação de docentes em exercício e discentes em formação para a docência. Esses dois movimentos serão realizados como cursos de extensão e contam com o apoio da Sub-reitoria de extensão. Trabalhamos em torno das ideias de: as redes educativas e as múltiplas relações entre os tantos ‘dentrofora’ das escolas; tessitura de ‘conhecimentossignificações’ em currículos; narrativas, imagens e sons como “personagens conceituais”; as ‘conversas’ como locus principal da pesquisa. Os autores com os quais ‘conversaremos’ continuam a ser, especialmente, Certeau e Deleuze, bem como autores brasileiros que com eles trabalham.

RAQUEL GOULART BARRETO

TÍTULO: DIMENSÕES DA SUBSTITUIÇÃO TECNOLÓGICA NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: O CASO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Este estudo visa a dimensionar mudança radical na recontextualização educacional das tecnologias da informação e da comunicação (TIC): de recursos agregados ao processo de ensino à condição de estratégia de substituição tecnológica, implicando esvaziamento e precarização do trabalho docente. Do ponto de vista teórico, pretende aprofundar a noção formulada (substituição tecnológica), submetendo-a à prova prática sistemática. Em termos políticos, constitui estudo de caso no contexto das políticas educacionais em curso. Com base na análise crítica do discurso (ACD), aborda proposições e documentos oficiais para a aproximação dos elementos lexicais, sintáticos e de modalização no movimento de esvaziar o trabalho docente, na medida em que os objetos tendem a ser posicionados como sujeitos nas/das formulações. Assume os objetos técnicos, ora relexicalizados como objetos de aprendizagem, como parte, e meio, de consolidação do deslocamento que concebe os professores como aqueles de quem se espera a realização de um conjunto de tarefas predefinidas para o ensino dito bem sucedido. Sua pretensão maior é contribuir para o desenvolvimento de alternativas contra hegemônicas para o encaminhamento das questões relativas à formação e ao trabalho docente no contexto atual.

RITA DE CÁSSIA PRAZERES FRANGELLA

TÍTULO: POLÍTICAS DE CURRÍCULO E INFÂNCIA: ENTRE PARADOXOS E ANTÍTESES, RENEGOCIANDO O(S) PACTO(S)

Coordenação: **Rita de Cássia Prazeres Frangella**

Resumo: Esta pesquisa trata-se de desdobramento/continuidade da pesquisa “POLÍTICAS DE CURRÍCULO E ALFABETIZAÇÃO: NEGOCIAÇÕES PARA ALÉM DE UM PACTO” (CNPQ, FAPERJ) que tinha como foco a análise do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC (MEC, 2012) observando-a não como política de formação de professores apenas, mas também como estratégia de produção curricular, a partir da percepção das imbricações entre formação de professores e políticas curriculares. Em meio a trajetória da pesquisa, agudizam-se os processos de produção das Bases Nacionais Comuns Curriculares (BNCC) e os efeitos dessa política nacional na produção de outras políticas. Aqui destaco o nacional intencionalmente por ser esse um dos maiores impactos da mesma: uma vez que se coloca como matriz única de formulação de propostas curriculares. Tomando o ciclo de alfabetização institucionalizado a partir das resoluções referentes a ampliação do ensino fundamental para 9 anos como mote de problematização – o que se consolida com a proposição do PNAIC - torna-se importante observar como diferentes políticas tematizam a questão, por vezes colidindo nas perspectivas que defendem ou construindo paradoxos nas proposições que fazem. Entre antíteses e paradoxos, atentando para as questões que envolvem a formação de alfabetizadores e as políticas curriculares recentes, põem-se em análise as reconfigurações do PNAIC que, a partir de 2017, inclui também no seu escopo de ação a educação infantil, discutindo como esse Pacto é renegociado também a partir da Base Nacional Comum Curricular/BNCC (2017), cotejando-os em como inferem sobre a ideia do ciclo de alfabetização, observando sentidos que se depreendem da articulação de diferentes políticas educacionais que focalizam a alfabetização, em diferentes dimensões, mas que se implicam e interpenetram. Além disso, cabe discutir o PNAIC incluído na Política Nacional de Alfabetização (2019). Assim, argumenta-se que o deslocamento/deslizamento de significantes como alfabetização, educação infantil, ciclo, avaliação, conhecimento na análise do próprio entendimento de ciclo de alfabetização observado nos documentos das diferentes políticas postas em análise se articulam na produção de um discurso pedagógico que significa o investimento numa dada perspectiva de prática pedagógica alfabetizadora, articulação que cria demandas para a produção curricular cotidiana tanto na educação infantil quanto nos anos iniciais do ensino fundamental. Tal proposta se faz assentada com base nas teorizações de Laclau (2011) Bhabha (2003), acerca da produtividade e movimento de articulação discursiva na significação política, defendendo que essas se constituem na ambivalência discursiva que torna o político possível.

ROSANNE EVANGELISTA DIAS

TÍTULO: DEMANDAS SOBRE DESEMPENHO DOCENTE PRODUZINDO POLÍTICAS DE CURRÍCULO PARA A IBEROAMÉRICA

Esta investigação se insere no contexto em que a Iberoamérica mobiliza diversos recursos desde a primeira década do século XXI na construção de consensos com os países da região na intenção de produzir e influenciar políticas de currículo que superem o quadro de desigualdade na educação básica. Entre os anos de 2008 e 2016, a Organização dos Estados Iberoamericanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI publicou uma série de textos políticos que fez circular diversas ideias que buscavam equalizar os problemas verificados forjando o Programa Metas Educativas 2021: la educación que queremos para la generación de los Bicentenarios. No ano de 2015, durante a Conferência Mundial das Nações Unidas reunida com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, a região alterou sua agenda para atingir as Metas previstas em 2021 para o ano de 2030, no âmbito da Agenda da Educação 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesses consensos, a docência assume relevância na produção do período na defesa de novos currículos para a formação e o trabalho docente como fator que contribui para o bom desempenho da educação. Desse modo, demandas são produzidas e articuladas discursivamente significando modos de controlar o currículo da formação e da atuação docente destacando o desempenho como estratégia que pretende garantir a qualidade da educação. Pretendemos analisar as demandas sobre o desempenho nas políticas de currículo para a docência na Iberoamérica apoiada na abordagem teórico-metodológica da teoria do discurso (TD) de Laclau e Mouffe, destacando os processos de articulação discursiva e os sentidos para o significante desempenho nos textos políticos que pretendem por em marcha as políticas para a formação e o trabalho docente. Entre os textos selecionados para este trabalho apontamos as seguintes publicações: Proyecto Estratégico Regional sobre Docentes: Centro de Estudios de Políticas y Prácticas en Educación (CEPPE) da OREALC/UNESCO e Miradas sobre La Educación en Iberoamérica: Desarrollo profesional docente y mejora de la educación. Tencionamos interpretar as produções de políticas na região focalizando destacadamente a experiência dos seguintes países como o Brasil, o Chile, a Colômbia e o México que vem apontando como emblemáticos para a compreensão das relações entre o currículo e o desempenho no desenvolvimento curricular para a docência, no período de 2000 a 2020.

VERONICA BORGES

TÍTULO: POLÍTICAS CURRICULARES PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: INTERPELAÇÕES AOS DISCURSOS COM CENTRALIDADE NO CONHECIMENTO E/OU PRÁTICA

Este projeto focaliza a investigação de políticas curriculares para a formação de professores. Advoga pelo distanciamento de sentidos da política curricular como guia para a prática, bem como a de um conjunto de regulamentações concebidas por especialistas e implementadas por professores. Coloca-se em discussão o modo de entender os processos de subjetivações/identificações que operam via políticas curriculares e produzem modos de subjetivação docente. Esse entendimento tem como referência teorias pós-estruturalistas tendem a rejeição das ideias de completude e objetividade associadas à noção de identidade essencialista estabilizada nos discursos de diferentes áreas da educação, notadamente as áreas de currículo e formação de professores. As perspectivas pós-estruturalistas e pós-fundacionalistas e seus

questionamentos a princípios como objetivismo, essencialismo, realismo e determinismo são tomados como potentes. Essa investigação se propõe indagar acerca do modelo de docência pautado no conhecimento especializado e que secundariza outras práticas (como as que consideram a experiência do aluno, do professor, os movimentos culturais e sociais, por exemplo), e que constrói uma narrativa que (em geral) adere-se muito bem a perspectivas tecnicistas/cientificistas do profissional docente. Por outro lado, há também discursos das melhores práticas que afirmam elementos como a experiência, a liderança, a gestão da sala de aula e secundarizam, por exemplo, o caráter acadêmico/científico da docência. Esses discursos, que não é algo novo no campo da educação, tendem a promover o fortalecimento da experiência, do senso comum, da prática pela prática, desqualificando e dissociando a teoria e prática.

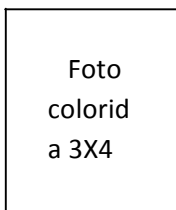
WALTER OMAR KOHAN

TÍTULO: A VIDA (POLÍTICA) DO MESTRE NUMA EDUCAÇÃO FILOSÓFICA: PAULO FREIRE

Vemos nitidamente em Paulo Freire a presença da tradição do antigo herói filosófico, embutida das figuras de Cristo e Marx, o primeiro sob o campo da fé; o segundo, em nome da ciência da sociedade (FREIRE, 1997). Paulo Freire se propõe fazer de sua existência uma vida ética e heroica da qual a filosofia, a educação e a política fazem parte de uma maneira não simples de dissociar. Como intelectual comprometido com o cristianismo, Freire alimenta sua missão a partir dos valores de uma ética cristã, tais como esperança, fé, solidariedade, compaixão, humildade, tolerância, heroísmo e, ao mesmo tempo, com a teoria social do materialismo dialético (numa vertente “humanista e não doutrinária”, como aponta M. Greene, 1999, p.155) que, mais ou menos intensamente, Freire nunca abandonou. Para além da forma particular em que Paulo Freire viveu sua vida de herói filosófico, ele nos ajuda a pensar nas possibilidades de uma compreensão da filosofia em que ela não é tanto uma teoria ou sistema de pensamento quanto uma forma de afirmar a vida, em conexão muito próxima com a educação e a política, tanto que é muito difícil separar uma da outra. É neste sentido específico que Paulo Freire tem sido um filósofo: não tanto pela qualidade filosófica de suas teorias ou pensamento, mas pela forma em que fez da vida um problema filosófico e de sua filosofia uma questão vital, existencial. Assim como Sócrates dedicou sua vida a tentar acordar os atenienses do que considerava uma vida sem autoexame, Paulo Freire dedicou sua vida a tentar tirar os oprimidos de sua condição de tais. Não o fez apenas com uma obra teórica, mas com uma vida militante em favor dessa causa. Nisso consiste sua filosofia: em não separar a vida do seu pensamento ou em fazer da sua forma de vida uma maneira de expressar seu pensamento. Por isso nos parece inspirador para pensar uma política para a educação: não necessariamente por coincidir com o modo heroico e ético como exercitou essa vida, mas pela projeção que oferece para nosso tempo em que a escola e a filosofia parecem ambas estar, em certas formas dominantes, dissociadas de uma preocupação pelas vidas do lado de fora. Para dizê-lo com Paulo Freire, na escola (e na filosofia) existe uma dissociação crescente entre a leitura das palavras e a leitura do mundo (FREIRE; SHOR, 1986, p. 85): as palavras que se leem na escola são palavras que não dizem o mundo, que estão separadas do mundo vivido pelos que habitam a escola. A dupla consequência disso é que aprendemos a ler um mundo escolar que não é o que vivemos fora da escola e não aprendemos a ler esse mundo que vivemos fora da escola. Eis o desafio que este projeto se propõe a problematizar: como pensar uma política interessante para quem educa em nome da filosofia, no tempo e espaço que habitamos?

ANEXO III

FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO



DECLARAÇÃO

De acordo com a Lei Estadual nº 6914/2014, eu, _____, inscrito no curso de _____ (mestrado ou doutorado) em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, sob o nº _____, no ano de _____, declaro, sob pena de aplicação das sanções penais previstas no Decreto-lei nº 2848/1940 (Código Penal, artigos 171 e 299); administrativas (nulidade de matrícula, dentre outras) e civis (reparação ao erário), além das sanções previstas nas normas internas da UERJ, identificar-me como negro.

Informo a seguir o(s) critério(s) utilizado(s) para me autodeclarar negro.

Características físicas (especifique):

_____;

Origem familiar/antepassados (especifique):

_____;

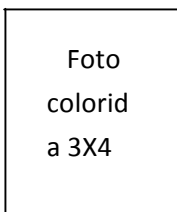
Outros (especifique):

_____;

Declaro, ainda, estar ciente de que, após matriculado na UERJ, poderei ser convocado por comissões específicas da Universidade para verificação da afirmação contida na presente declaração.

(Data e assinatura do candidato)

(Data e assinatura do Representante legal, se candidato menor de idade)



DECLARAÇÃO

De acordo com a Lei Estadual nº 6914/2014, eu, _____, inscrito no curso de _____ (mestrado ou doutorado) em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, sob o nº _____, no ano de _____, declaro, sob pena de aplicação das sanções penais previstas no Decreto-lei nº 2848/1940 (Código Penal, artigos 171 e 299); administrativas (nulidade de matrícula, dentre outras) e civis (reparação ao erário), além das sanções previstas nas normas internas da UERJ, identificar-me como indígena. Informo a seguir o(s) critério(s) utilizado(s) para me autodeclarar indígena.

Etnia ou povo a que pertencço (especifique):

_____;

Origem familiar/antepassados (especifique):

_____;

Outros (especifique):

_____;

Declaro, ainda, estar ciente de que, após matriculado na UERJ, poderei ser convocado por comissões específicas da Universidade para verificação da afirmação contida na presente declaração.

(Data e assinatura do candidato)

(Data e assinatura do Representante legal, se candidato menor de idade)

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICA

I- QUESTIONÁRIO COM INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS, DE PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO PARA OS OPTANTES PELO SISTEMA DE COTAS, ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ABAIXO, DEVENDO SER DEVIDAMENTE PREENCHIDO E ENTREGUE NO ATO DA INSCRIÇÃO.

http://www.sr2.uerj.br/sr2/depq/arquivos/Questionario_Socioeconomico_2016.doc

II- O MANUAL COM ORIENTAÇÕES SOBRE O SISTEMA DE COTAS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ABAIXO

http://www.sr2.uerj.br/sr2/depq/arquivos/Manual_Sistema_de_Cotas.pdf

ANEXO V

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ÀS INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

DECLARAÇÃO DE DESEMPREGO

Eu, _____,
(nome completo do candidato)
portador (a) da carteira de identidade nº _____, órgão de expedição
_____ e do CPF nº _____, declaro para os devidos fins e com
a anuência das duas testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que todo o meu grupo
familiar está desempregado desde _____.
(período)

Acrescento ainda que temos mantido nossas necessidades financeiras da seguinte
maneira:

(explicar como tem mantido as necessidades financeiras e o valor desta manutenção)

Rio de Janeiro, ___/___/_____.

Assinatura do declarante

1ª testemunha _____
(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha _____
(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Obs: Esta declaração é válida para os casos em que TODO o grupo familiar estiver em situação de desemprego.

Obs.: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTO EM NOME DE TERCEIROS

Eu, _____,
(nome completo do candidato)

candidato(a) ao curso de _____ (mestrado ou doutorado)
do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, no ano
de _____, declaro para os devidos fins e com a anuência de duas testemunhas
abaixo qualificadas e assinadas, que o documento _____
(especificar o documento), encontra-se em nome de

(nome do titular do documento)

(grau de parentesco com o candidato/a)

do candidato/a em questão por

(preencher o motivo pelo qual o referido documento se encontra em nome de terceiros)

Rio de Janeiro, ___/___/_____.

Assinatura do declarante

1ª testemunha _____
(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha _____
(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.

DECLARAÇÃO DE IMÓVEL CEDIDO

Eu, _____,
(nome completo do declarante)

_____, _____,
(estado civil do declarante) (grau de parentesco com o candidato)

(nome completo do candidato)

do candidato ao curso de _____ (mestrado ou doutorado)
do Programa de Pós- graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, no ano
de _____, portador (a) da carteira de identidade
nº. _____, órgão de expedição _____ e do
CPF nº. _____, declaro para os devidos fins e com a anuência
das duas testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que cedi o imóvel situado na:

(endereço completo)

para _____.
(nome completo da pessoa beneficiada)

Rio de Janeiro, ___/___/_____.

Assinatura do declarante

1ª testemunha _____
(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha _____
(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.

DECLARAÇÃO DE CESSÃO DE POSSE E OCUPAÇÃO

Eu, _____,
(nome completo do declarante)

_____, _____,
(estado civil do declarante) (grau de parentesco com o candidato)

(nome completo do candidato)

do candidato ao curso de _____ (mestrado ou doutorado) do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, no ano de _____, portador (a) da carteira de identidade nº _____, órgão de expedição _____ e do CPF nº _____, declaro para os devidos fins e com a anuência das duas testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que o imóvel situado na:

(endereço completo) trata-se de posse ou ocupação.

Rio de Janeiro, ____/____/____.

Assinatura do declarante

1ª testemunha _____
(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha _____
(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA EM LOCAL DE TRABALHO

Eu, _____,
(nome completo do empregador ou seu representante)

portador (a) da carteira de identidade nº _____, órgão de expedição _____ e do CPF _____, declaro para os devidos fins e com a anuência das duas testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que _____,
(nome completo do empregado)

reside em seu local de trabalho, situado na:

(endereço completo)

Rio de Janeiro, ____/____/____.

Assinatura do declarante

1ª testemunha _____
(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha _____
(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.

DECLARAÇÃO DE PAGAMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, _____,
(nome completo do provedor/a)

_____, _____
(estado civil) (grau de parentesco com o candidato/a)
do/a candidato/a ao curso de _____ (mestrado ou doutorado) do
Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, no ano de
_____, portador (a) da carteira de identidade nº _____,
órgão de expedição _____ e do CPF nº _____, por não possuir
outra forma de comprovação, declaro para os devidos fins e com a anuência das duas
testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que pago pensão alimentícia, no valor de
R\$ _____,

(_____)
(escrever valor por extenso)

à _____.
(nome de quem recebe a pensão)

Rio de Janeiro, ____/____/____.

Assinatura do declarante

1ª testemunha _____
(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha _____
(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.

DECLARAÇÃO DE RENDA

(Se o preenchimento for feito pelo trabalhador)

Eu, _____,
(nome completo do/a declarante)

_____, _____
(estado civil) (grau de parentesco com o candidato/a)

do/a candidato/a ao curso de _____ (mestrado ou doutorado) do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, no ano de _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____, órgão de expedição _____ e do CPF nº _____, por não possuir outra forma de comprovação de renda, declaro para os devidos fins e com a anuência das duas testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que exerço a função de _____, com renda mensal bruta de R\$ _____,

(_____)
(escrever o valor por extenso)

Rio de Janeiro, ____/____/____.

Assinatura do declarante

1ª testemunha _____
(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha _____
(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Este modelo de Declaração pode ser utilizado para os casos de trabalhadores que exerçam atividade “informal”, “autônoma”, “liberal”, “domésticos” e “microempreendedor individual”.

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.